

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA À 2. ^a EDIÇÃO	5
NOTA PRÉVIA À 1. ^a EDIÇÃO	7
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	9
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO AO DIREITO COMERCIAL	11
1. O que é o direito comercial?	11
1.1. Direito privado especial	11
1.2. O direito comercial português	13
2. Fontes do direito comercial	15
Bibliografia citada	22
Para saber mais	23
Para estudar melhor	25
CAPÍTULO II – ATOS DE COMÉRCIO	27
1. Atos de comércio	27
1.1. Caracterização geral	27
1.2. Principais classificações (legais e doutrinárias)	29
1.2.1. Atos objetivos de comércio e atos subjetivos de comércio	29
1.2.2. Atos formalmente comerciais e atos substancialmente comerciais	32
1.2.3. Atos bilateralmente comerciais e atos unilateralmente comerciais	33
1.3. Consequências jurídicas das classificações	33
2. Contratos comerciais	35
2.1. As cláusulas contratuais gerais e os contratos de adesão	35
2.2. Cláusulas típicas dos contratos internacionais	38
2.3. Compra e venda comercial	40
2.4. Contrato de agência	43
2.5. Contrato de seguro	46
2.6. Contratos bancários	49
2.6.1. Abertura de conta	51
2.6.2. Depósito bancário (de dinheiro)	53

2.6.3. Transferência bancária	54
2.6.4. Cartões bancários	54
3. Juros comerciais	55
4. Títulos de crédito	58
4.1. Caracterização geral: incorporação, literalidade, autonomia, circulabilidade	58
4.2. Funções dos títulos de crédito	60
4.3. Classificações dos títulos de crédito	61
4.4. Títulos de crédito, títulos executivos e valores mobiliários	62
4.5. Letra, livrança e cheque	62
4.6. Os negócios cambiários	64
5. Outros títulos de crédito	66
6. Atos não comerciais	68
Bibliografia citada	69
Para saber mais	71
Para estudar melhor	73
CAPÍTULO III – OS COMERCIANTES	75
1. Quem é comerciante?	75
1.1. O (escasso relevo) do estatuto de comerciante	75
1.2. Pessoas singulares comerciantes	76
1.3. Pessoas coletivas comerciantes	78
2. Os não comerciantes	79
3. Sujeitos a quem a lei impede a qualidade de comerciante	80
4. As obrigações dos comerciantes	82
4.1. Adoção de firma	82
4.2. Escrituração mercantil	86
4.3. Registro comercial	88
4.4. Dever de prestar contas	89
4.5. O dever de se apresentar à insolvência (remissão)	90
5. Responsabilidade por dívidas comerciais contraídas por cônjuge comerciante	90
6. A organização administrativa e profissional do comércio	92
6.1. Os objetivos da política comercial	92
6.2. O Governo	93
6.3. O Conselho Económico e Social	93
6.4. Os reguladores económicos	94
6.4.1. Autoridade da Concorrência e reguladores setoriais	94
6.4.2. Reguladores do setor financeiro	95
6.5. O regime de acesso ao comércio	96
6.6. Estruturas associativas representativas do comércio	97
7. Resolução de litígios comerciais	97
7.1. A competência dos tribunais de comércio	97
7.2. Julgados de paz	99
7.3. Arbitragem	101
7.3.1. Caracterização geral	101

7.3.2. Modalidades de arbitragem	102
7.3.3. Convenção de arbitragem e tribunal arbitral	104
Bibliografia citada	106
Para saber mais	108
Para estudar melhor	111
CAPÍTULO IV – EMPRESAS E EMPRESÁRIOS	113
1. A empresa na lei, na doutrina e na jurisprudência	113
1.1. Pluralidade de definições de empresa	113
1.2. Empresa em sentido subjetivo e empresa em sentido objetivo	116
1.3. Empresas comerciais e empresas não comerciais	117
1.4. O debate em torno dos elementos da empresa	117
2. Pequenas e médias empresas	120
2.1. A discriminação positiva das PME	120
2.2. Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas	120
2.3. Medidas de promoção das PME e normas sobre auxílios públicos	121
2.4. Certificação PME	122
3. Os sujeitos titulares de empresas	123
3.1. Empresas do setor público	123
3.2. Empresas do setor privado	125
3.3. Empresas do setor cooperativo e social	126
4. As (controversas) empresas sociais	126
4.1. Panorama europeu	126
4.2. O quadro legal português	127
5. Os empresários	129
6. Trespasse e locação de empresa	130
6.1. Trespasse	130
6.2. Locação de estabelecimento comercial	132
6.3. Âmbitos de entrega	134
7. Obrigação de não concorrência	136
7.1. Caracterização geral — os sentidos jurídicos de concorrência	136
7.2. Fundamento jurídico da obrigação de não concorrência	137
7.3. Locação de estabelecimento e obrigação (expressa) de não concorrência	138
7.4. Sanções para a violação da obrigação de não concorrência	139
8. A empresa em crise e a insolvência	139
8.1. Insolvência, recuperação de empresa, liquidação da empresa	139
8.2. Insolvência culposa e insolvência fortuita	142
Bibliografia citada	145
Para saber mais	147
Para estudar melhor	150
CAPÍTULO V – IDENTIDADE DA SOCIEDADE COMERCIAL	151
1. Noção de sociedade e de sociedade comercial	151

1.1. Noção geral de sociedade	151
1.2. Motivos para a constituição de uma sociedade	155
2. Algumas distinções relevantes	156
2.1. Sociedades abertas e sociedades fechadas	156
2.2. Sociedades de capital fixo e sociedades de capital variável (organismos de investimento coletivo sob forma societária)	157
2.3. Sociedades cotadas e sociedades não cotadas	158
2.4. Sociedade e empresa	159
2.5. Sociedades familiares e pequenas e médias empresas	159
2.6. Sociedades e <i>startup</i>	160
2.7. Sociedades e entidades públicas empresariais	161
2.8. Sociedade e cooperativa	162
2.9. Sociedade e consórcio	163
2.10. Sociedades, agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico	164
2.11. Sociedades e grupos de sociedades	166
3. Sociedades comerciais	167
3.1. Caracterização geral	167
3.2. Princípio da taxatividade dos tipos societários	168
3.3. Principais notas dos tipos legais societários	169
3.3.1. Responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores da sociedade	169
3.3.2. Transmissão das participações sociais	171
3.3.3. Estrutura organizatória	172
3.3.4. Capital social	173
3.3.5. Número de sócios	174
4. Sociedade civil em forma comercial	174
5. Sociedade civil simples	175
Bibliografia citada	176
Para saber mais	179
Para estudar melhor	181
CAPÍTULO VI – CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE COMERCIAL	183
1. Empreendedorismo e constituição de sociedades	183
2. Os diversos atos constituintes de sociedades comerciais e civis em forma comercial	184
2.1. Contrato de sociedade	184
2.2. Negócio jurídico unilateral	185
2.3. Sentença homologatória de plano de insolvência	186
2.4. Constituição de sociedades com apelo a subscrição pública	187
2.5. Criação de sociedade através de ato legislativo	188
3. Confronto entre contrato de sociedade e acordo parassocial	188
4. Processos de constituição de sociedades	192
4.1. Variedade de processos de constituição de sociedades	192

4.2. Processo tradicional	192
4.2.1. Conteúdo do ato constituinte inicial	192
4.2.1.1. Identidade dos sócios	193
4.2.1.2. Tipo de sociedade	193
4.2.1.3. Firma da sociedade	193
4.2.1.4. Objeto social	194
4.2.1.5. Sede da sociedade	195
4.2.1.6. Capital social	195
4.2.1.7. Participação social	196
4.2.1.8. Cláusulas relativas às entradas dos sócios	197
4.2.1.9. Encerramento do exercício anual	198
4.2.1.10. Menções específicas	199
4.2.1.11. Outras menções	199
4.2.2. Forma do ato constituinte	199
4.2.3. Registo definitivo	201
4.2.4. Publicação obrigatória (sociedade por quotas, anónima e em comandita por ações)	202
5. Os regimes especiais de constituição de sociedades por quotas e anónimas	203
5.1. Regime especial de constituição imediata de sociedades por quotas e anónimas — a «empresa na hora»	203
5.2. Regime especial de constituição <i>online</i> de sociedades	205
6. Reestruturação empresarial e constituição de sociedades	208
6.1. A constituição de sociedade nova	208
6.2. Fusão por constituição de nova sociedade	209
6.3. Cisão e constituição de nova(s) sociedade(s)	209
6.4. Transformação extintiva	210
6.5. Partes na constituição de sociedade nova e número mínimo de sócios	211
6.6. Forma do ato constituinte da nova sociedade; registo	212
7. A identificação do beneficiário efetivo no ato constituinte da sociedade	213
Bibliografia citada	215
Para saber mais	218
Para estudar melhor	221
CAPÍTULO VII – PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA	223
1. Personalidade jurídica	223
1.1. Sentido de personalidade jurídica	223
1.2. Efeitos da personalidade jurídica	226
2. Desconsideração da personalidade jurídica	228
2.1. Caracterização geral	228
2.2. Grupos de casos de imputação	229
2.3. Grupos de casos de responsabilidade	229
3. Capacidade de gozo de direitos	232
3.1. O princípio da especialidade do fim (lucrativo)	232

3.2. Liberalidades da sociedade	235
3.3. Prestação de garantias a dívidas de outras entidades	237
4. A capacidade de exercício de direitos — a representação da sociedade (remissão)	238
Bibliografia citada	240
Para saber mais	242
Para estudar melhor	244
CAPÍTULO VIII – PARTICIPAÇÃO SOCIAL	247
1. Noção de participação social	247
2. Partes sociais, quotas e ações	250
3. Modalidades de ações	252
3.1. Ações nominativas	252
3.2. Ações escriturais e ações tituladas	252
3.3. Ações ordinárias e ações especiais	253
4. Principais direitos do sócio	254
4.1. O direito a quinhão nos lucros	254
4.2. O direito a participar nas deliberações dos sócios (remissão)	259
4.3. O direito a obter informações sobre a vida da sociedade	259
4.4. O direito a ser designado para os órgãos de administração e de fiscalização da sociedade (<i>remissão</i>)	262
5. Obrigações do sócio	263
5.1. Obrigação de entrada	263
5.1.1. Noção	263
5.1.2. Entradas em indústria, em dinheiro e em bens diferentes de dinheiro	264
5.1.3. Tempo das entradas	267
5.1.4. Garantias de cumprimento da obrigação de entrada	270
5.2. Participação nas perdas	271
Bibliografia citada	274
Para saber mais	276
Para estudar melhor	278
CAPÍTULO IX – FINANCIAMENTO DA SOCIEDADE	279
1. Diversidade das fontes de financiamento da sociedade	279
2. Noções de capital social	280
2.1. Capital social — uma figura contestada	280
2.2. Capital social nominal	281
2.3. Capital social real	283
2.4. Capital social e património social	283
3. Capital social e investimento colaborativo (<i>crowdfunding</i>)	284
4. Fixação legal de capital social mínimo	285
4.1. Sociedades anónimas e em comandita por ações	285
4.2. Capital social livre nas sociedades por quotas — manutenção do capital social mínimo, eliminação do «custo de contexto»	287
5. Função de financiamento e outras funções do capital social	288

5.1. Função de financiamento da sociedade	288
5.2. Função de organização	290
5.3. Função de garantia dos credores da sociedade	291
5.4. Função de avaliação económica da sociedade	292
6. Aumentos de capital social	293
6.1. Noção e competência para o aumento do capital social	293
6.2. Modalidades de aumento do capital social	293
6.3. Ações sem valor nominal e financiamento da sociedade	294
7. Prestações suplementares, suprimentos e obrigações acessórias	295
7.1. Generalidades	295
7.2. Contrato de suprimento	296
7.3. Prestações suplementares	298
7.4. Obrigação de prestações acessórias	299
8. As reservas	300
8.1. Noção e modalidades de reservas	300
8.2. Reserva legal	301
8.3. Reserva estatutária	302
8.4. Reserva livre	302
8.5. Reserva oculta	303
9. Outros recursos de financiamento	303
9.1. As obrigações	303
9.2. <i>CoCos</i>	305
9.3. <i>Cash pooling</i>	305
9.4. Capital de risco	305
10. <i>Debt governance</i>	307
Bibliografia citada	309
Para saber mais	311
Para estudar melhor	313
CAPÍTULO X – GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES	315
1. Governação das sociedades — sentido jurídico e principais problemas	315
2. Estrutura organizatória — sociedades em nome coletivo e sociedades por quotas	317
2.1. Generalidades	317
2.2. Coletividade dos sócios ou assembleia geral	319
2.3. Gerência	320
2.4. Fiscalização da sociedade	325
3. Estrutura organizatória — sociedade anónima	326
3.1. Generalidades	326
3.2. Administrador — pluralidade de sentidos	327
3.2.1. Administradores de direito e administradores de facto	328
3.2.2. Administradores executivos e não executivos	329
3.2.3. Administrador independente	329
3.3. Composição do conselho de administração e do conselho de administração executivo	330

3.4. Administração e representação da sociedade anônima	333
3.5. Duração do mandato e remuneração dos administradores	334
3.6. Cessação de funções de administrador	335
3.7. A fiscalização da sociedade anônima	336
3.7.1. Generalidades	336
3.7.2. Fiscal único e conselho fiscal	337
3.7.3. Comissão de auditoria e revisor oficial de contas	339
3.7.4. Conselho geral e de supervisão e revisor oficial de contas	340
4. Sociedade em comandita simples e sociedade em comandita por ações	341
5. Secretário da sociedade	342
6. <i>Compliance</i>	343
7. Os deveres de cuidado e de lealdade dos administradores	344
8. Sustentabilidade e deveres dos administradores	347
9. Inteligência artificial e gestão de sociedades	350
10. Responsabilidade civil dos administradores	354
10.1. Generalidades	354
10.2. Responsabilidade civil para com a sociedade	355
10.3. Responsabilidade civil para com os credores sociais	356
10.4. Responsabilidade civil para com sócios e terceiros	357
10.5. Tribunal competente	358
11. A proteção dos administradores — <i>business judgement rule</i> , reembolso societário e <i>D&O Insurance</i>	359
Bibliografia citada	363
Para saber mais	366
Para estudar melhor	369
CAPÍTULO XI – DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS	371
1. Noção de deliberação	371
2. Formas de deliberação	372
2.1. Generalidades	372
2.2. Deliberações unânimes por escrito	373
2.3. Deliberações tomadas em assembleia geral universal	374
2.4. Deliberações por voto escrito	375
2.5. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade em nome coletivo	376
2.6. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade por quotas	377
2.7. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedade anônima	380
2.7.1. Convocatória	380
2.7.2. Participação na assembleia geral	382
2.7.3. Quórum constitutivo	385
2.8. Deliberações tomadas em assembleia geral convocada — sociedades em comandita simples e em comandita por ações	386
3. O voto e a votação	386

3.1. Critérios de atribuição de votos	386
3.2. Formas de voto	387
3.3. Quórum deliberativo	388
4. Competência deliberativa dos sócios	389
4.1. Sociedade em nome coletivo	389
4.2. Sociedade por quotas	389
4.3. Sociedade anónima	390
5. Deliberações ineficazes e inválidas	391
5.1. Deliberações ineficazes	391
5.2. Deliberações inválidas	392
5.2.1. Generalidades	392
5.2.2. Deliberações nulas por vício de conteúdo e de procedimento	393
5.2.3. Deliberações anuláveis	395
6. Deliberações nulas e deliberação anuláveis — diferenças de regime jurídico	396
Bibliografia citada	399
Para saber mais	401
Para estudar melhor	403
CAPÍTULO XII – SOCIEDADES COLIGADAS	405
1. Tipicidade das sociedades coligadas	405
2. Sociedades <i>holding</i>	407
3. Sociedades em relação de simples participação	408
4. Sociedades em relação de participações recíprocas	409
5. Sociedades em relação de domínio	412
5.1. Definição de relação de domínio	412
5.2. Presunções de domínio	412
5.3. Instrumentos de influência dominante	413
5.4. Consequências jurídicas	414
6. Sociedades em relação de grupo	416
6.1. Diversidade de fontes de relações de grupo	416
6.2. Grupos constituídos por contrato de grupo paritário	417
6.3. Grupos constituídos por contrato de subordinação	418
6.4. Grupos constituídos por domínio total	419
7. Efeitos do contrato de subordinação	421
7.1. Generalidades	421
7.2. Poder de direção da sociedade diretora e da sociedade dominante	421
7.3. Responsabilidade da sociedade diretora para com os credores da sociedade subordinada	423
7.4. Responsabilidade da sociedade dominante por perdas da sociedade dominada	424
7.5. Deveres e responsabilidades dos administradores	425
Bibliografia citada	428
Para saber mais	430
Para estudar melhor	432

CAPÍTULO XIII – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE	433
1. Dissolução da sociedade	433
1.1. Generalidades	433
1.2. Dissolução imediata da sociedade	436
1.3. Causas de dissolução administrativa ou por deliberação dos sócios	438
1.4. Causas de dissolução administrativa oficiosa	441
1.5. Forma e registo da dissolução	443
2. Regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais	444
3. Liquidação da sociedade	445
3.1. Noção de liquidação	445
3.2. Modalidades de liquidação	446
3.3. Liquidatários	447
3.4. A partilha do ativo restante e entrega dos bens partilhados	450
3.5. Encerramento da liquidação e extinção da sociedade	451
3.6. Passivo superveniente	452
Bibliografia citada	453
Para saber mais	454
Para estudar melhor	455

